

Pacifismo e constitucionalismo global

Pacifism and global constitutionalism

LUIGI FERRAJOLI¹

luigi.ferrajoli@uniroma3.it

GALILEU - REVISTA DE DIREITO E ECONOMIA · e-ISSN 2184-1845

Volume XXII · 1st January Janeiro – 31st December Dezembro 2022 · pp. 11-21

DOI: <https://doi.org/10.26619/2184-1845.XXII.1/2.1>

Submitted on April 24th, 2022 · Accepted on May 2nd, 2022

Submetido em 24 de Abril, 2022 · Aceite a 2 de Maio, 2022

SUMÁRIO 1. O dever de negociar² – 2. A necessidade de coenvolver nas tratativas os países da OTAN. O papel que deveriam desempenhar os órgãos da ONU, convocados em sessão permanente – 3. Duas visões do futuro do mundo – 4. Por uma Constituição da Terra.

RESUMO A humanidade, a causa do prolongamento da agressão da Rússia à Ucrânia, nunca esteve tao próxima a um conflito nuclear. Diante a este perigo, o Autor propõe que as negociações de paz se realizem no Conselho de Segurança da ONU, convocando em o Conselho Permanente até que se restabeleça a paz, e, em perspectiva, a aprovação de uma Constituição da Terra que elimine as armas e os exércitos nacionais, institua um patrimônio planetário dos bens comuns e introduza adequadas garantias globais dos direitos fundamentais de todos os seres humanos.

PALAVRAS-CHAVE perigo nuclear – paz – Constituição da Terra

1. O dever de negociar

Nos 77 anos que nos separam de Hiroshima e Nagasaki, o perigo de um conflito nuclear nunca foi assim tão grave e iminente como aquele em curso durante a guerra criminosa desencadeada pela Rússia contra a Ucrânia. Por isso, o comportamento das potências da OTAN diante desse perigo foi, desde o início, irresponsável. O fato mesmo de que Putin,

1 Professor emérito de Filosofia do Direito, *Università di Roma Tre – Italia*.

2 [N.T.] No original: *trattare*, palavra que pode ser traduzida para tratar, negociar ou acordar. Optou-se por negociar, por ser de uso frequente em português, preservando a palavra tratativa para traduzir o termo *trattativa*, por ser amplamente utilizada. Traduzido por Luiz Eduardo Cani cani@disroot.org e revisado por Bruna Capparelli bruna.capparelliz@unibo.it

segundo o coro unânime dos meios de comunicação e de todos os governantes ocidentais, é um déspota feroz, deveria aconselhar a levar a sério a sua ameaça, formulada desde 13 de março, de uma “reação sequer imaginável”. Como este déspota já mostrou o que é capaz de fazer, está munido de armas nucleares, como quis outras vezes recordar, e é, portanto, bem possível, se crescer a tensão, que faça uso dessas. A única coisa séria a fazer deveria ser, portanto, o empenho de todos para pôr fim à guerra e contribuir para o reestabelecimento da paz.

É esta, de resto, a regra válida em todas as comunidades civis para fazer frente às ações criminosas em andamento. Quando um bandido ameaça disparar e, depois, dispara sobre uma multidão, se não forem acolhidos os seus pedidos, o dever de quantos tinham o poder de fazê-lo – neste caso, a comunidade internacional – é aquele de negociar, negociar, negociar a cessação do massacre. Pouco importa se o bandido é considerado um criminoso, ou um louco ou, ainda, um líder político irresponsável que não viu acolherem as suas justas razões e reivindicações. A única coisa que importa é a cessação da agressão e do massacre dos inocentes. Tanto mais porque, neste caso, a continuação da guerra pode deflagrar uma guerra nuclear. Mesmo os mais fervorosos críticos de Putin não deveriam esquecer, repito, que nos encontramos diante de um autocrata munido de mais de seis mil ogivas nucleares, e que a insensatez desta guerra, também do ponto de vista dos interesses da Rússia, não permite excluir mais aventuras apocalípticas sem sentido.

Negociar é o que querem milhões de manifestantes em todo o mundo quando pedem um “cessar fogo”: para pôr fim à tragédia dos massacres, das destruições e da fuga de milhões de deslocados ucranianos. No início de abril, como nos informa a Agência da ONU para refugiados, eram 4 milhões os refugiados ucranianos nos países vizinhos e cerca de 7 milhões os deslocados internos, em grande parte mulheres e crianças. Os horrores, os estupros e os massacres civis cometidos pelo exército russo impõem com força, pela sua atrocidade, o empenho de todos para que se ponha fim, o quanto antes possível, a esta tragédia. Não importa que atrocidades similares tenham sido cometidas em tantas outras guerras, algumas das quais desencadeadas pelo Ocidente. O que importa é que se advirta como intoleráveis as violências contra pessoas indefesas, que se faça de tudo para fazê-las cessar e que essas valiam para abrir os olhos para os horrores inevitavelmente ligados a qualquer guerra.

São essas as condições de qualquer pacifismo digno desse nome: em primeiro lugar, estar ao lado dos agredidos contra os agressores; em segundo lugar, apoiar as razões deles na tratativa direta para fazer cessar o quanto antes a agressão e as suas atrocidades.

2. A necessidade de coenvolver nas tratativas os países da OTAN. O papel que deveriam desempenhar os órgãos da ONU, convocados em sessão permanente

Mas de que modo se apoiam as razões dos agredidos nas negociações de paz? Quem tem o poder e, acrescentarei, o dever de oferecer esse apoio? Há uma grande hipocrisia na base da política dos governos europeus e do debate público sobre a guerra. Todos sabem, mas todos fingem que não sabem, que por trás dessa guerra, da qual a Ucrânia é somente uma vítima, o verdadeiro embate é entre a Rússia de Putin e os países da OTAN. São, portanto, os Estados Unidos e as potências europeias que deveriam tratar a paz, apoiando a Ucrânia nas tratativas ao invés de deixá-la negociar sozinha o com seu agressor.

Seria esse o verdadeiro ato de solidariedade do Ocidente nos confrontos do povo ucraniano. A verdadeira ajuda à população ucraniana, bombardeada e massacrada desde 23 de fevereiro, seria a participação na tratativa, ao lado da Ucrânia, dos países membros da OTAN, a começar pelos Estados Unidos, dotados de bem outra força e de bem maior capacidade de pressão, a fim de obter, com o mínimo custo para o agredido, a imediata cessação da agressão. Uma similar assunção de responsabilidade pelas maiores potências – Estados Unidos e União Europeia – valeria não apenas para pôr fim à guerra, mas também para acabar com o perigo do seu alargamento descontrolado.

Por isso, a sede apropriada para as negociações, como já tive a oportunidade de sustentar, deveria ser não mais somente a desconhecida localidade da Bielorrússia onde se encontram, com cada vez menor capacidade de acordo, as delegações da Rússia e da Ucrânia, mas também a Assembleia Geral e o Conselho de Segurança da ONU. Por duas razões. Em primeiro lugar, porque as Nações Unidas são a organização cuja finalidade institucional, como diz o art. 1.º do seu Estatuto, é manter a paz e conseguir, com meios pacíficos, a solução das controvérsias internacionais. Em segundo lugar, porque no Conselho de Segurança sentam, como membros permanentes, todos dotados de armamentos nucleares, exatamente as potências que têm a força e o poder para negociar a paz: a Rússia, a China e os principais membros da OTAN, isto é, os Estados Unidos, o Reino Unido e a França. A tratativa se desenvolveria, assim, sob os olhos da humanidade inteira, no interior de uma instituição que tem por razão social a consecução da paz. Sabemos bem que a ONU é cada vez mais débil, ao ponto que foi declarada sua inutilidade. Mas essa é uma razão a mais porque se encontra, diante desta guerra, a sua função institucional e a sua razão de ser.

A alternativa é a escalada da guerra, com o risco cada vez maior da sua degeneração em uma guerra nuclear. Mas também, além dessa aterrorizante perspectiva, a continuação desta guerra, além de produzir outros massacres e destruições na pobre Ucrânia, só poderá fazer crescer e, por assim dizer, institucionalizar a lógica bélica do amigo/inimigo.

A decisão do nosso Parlamento de aumentar em mais de 50% as despesas militares, a terrível decisão alemã de financiar com 100 bilhões de euros o próprio rearmamento, a opção de Biden para o reforço militar da OTAN em vez do confronto diplomático, a complacência geral pela compacidade do Ocidente nas armas, alcançou, nessa lógica de guerra, o crescimento do ódio ao povo russo e a informação gritada e sectária são todos sinais e passos de uma corrida louca para a catástrofe. É o triunfo da demagogia e da irresponsabilidade, cujo custo é pago hoje pelo povo ucraniano e amanhã, se a corrida não parar, pela humanidade inteira e, em particular, pela Europa.

Existe, em suma, uma responsabilidade institucional da ONU e o dever da comunidade internacional de fazer tudo o que for possível a fim de obter a paz. E o que a ONU pode fazer, e, portanto, deve fazer, é não deixar sozinha a Ucrânia na mesa de negociação, mas oferecer os seus órgãos institucionais, a Assembleia Geral e o Conselho de Segurança, como os lugares e os sujeitos da tratativa, que bem poderiam ser convocados em seção pública e permanente até que não consigam ter sucesso em pôr termo à guerra. Seria uma iniciativa excepcional, sem precedentes, dotada de um enorme valor político e simbólico, que valeria para sinalizar a gravidade dos perigos que pairam sobre a humanidade, para relançar o papel da ONU e engajar todos os Estados em uma reflexão sobre o futuro do mundo e levar a sério o princípio da paz estabelecido no Estatuto da instituição da qual são membros.

3. Duas visões do futuro do mundo

É precisamente o futuro do mundo no pós-guerra que deveria estar no centro do debate político e de políticas externas responsáveis. No caso de perigo nuclear que escapa, os êxitos possíveis dessa guerra serão, de fato, dois, entre si opostos: o rearmamento ou o desarmamento, a corrida para maiores armamentos, a pendência da próxima guerra e, de novo, do risco nuclear, ou um despertar da razão e da reflexão comum sobre possíveis repetições do perigo atômico e, portanto, sobre a necessidade, no interesse de todos, de um progressivo desarmamento, até a desnuclearização do planeta inteiro.

A primeira hipótese, infelizmente a mais míope e a mais provável, se manifesta no aumento das despesas militares dos Estados ocidentais e em uma militarização das nossas democracias: do rearmamento da Alemanha ao aumento das despesas militares até 2% do PIB decidido pela Itália e por outros Estados europeus. «Loucos», os chamou o Papa Francisco, declarando estar por eles «envergonhado». É a hipótese expressa pela disputa de insultos nos confrontos de Putin na qual competem os *leader* ocidentais, a começar pelo presidente Biden – «açougueiro», «criminoso de guerra», «esse homem não pode ficar no

poder!» –, que têm o único efeito de minar, ou, pelo menos, de tornar mais difícil as negociações, ou, pior, sendo dirigidos a um autocrata irresponsável, de provocá-lo e induzi-lo a alargar o conflito até fazê-lo precipitar em uma terceira guerra mundial. São invectivas que sinalizam uma intenção inquietante: a vontade que a guerra prossiga para obter a derrota da Rússia, o, pelo menos, a sua humilhação no pântano de uma guerra falida, para consolidar a subordinação da Europa à política de potência dos Estados Unidos e, também, talvez, para arrecadar alguns votos nas eleições americanas de *mid-term*. Esta guerra se torna, assim, a ocasião, para os Estados Unidos e para o aparato político-midiático implantado em seu apoio, para um relançamento eticamente conotado do choque de civilidade entre democracia e autocracia, entre mundo livre e mundo incivil, a fim de obter a vitória sobre o Mal, também ao custo de manter em risco a segurança do mundo do possível holocausto nuclear.

A segunda hipótese é aquela pacifista, aqui prospectada, do empenho da comunidade internacional de parar imediatamente a guerra a qualquer razoável custo: da garantia que a Ucrânia não entrará na OTAN à autonomia das pequenas regiões separatistas da Ucrânia oriental, russófonos e russófilos, com base no voto popular no exercício do direito dos povos à autodeterminação; em força do qual, diz o art. 1.º de ambos os Pactos internacionais sobre direitos humanos de 16 de dezembro de 1966, «todos os povos... decidem livremente sobre seu estatuto político». Do clima de paz gerado pela tratativa poderia emergir não somente o fim da agressão à Ucrânia, mas também uma séria reflexão sobre o perigo, nunca assim grave, do conflito nuclear que está corrente o gênero humano. Poderia emergir a consciência comum da necessidade de uma refundação, mediante a introdução de idôneas garantias em matéria de limitação da soberania dos Estados, do pacto de convivência pacifista estipulado com a criação da ONU. O perigo nuclear que estamos correndo poderia, também, induzir os países que ainda não o fizeram para aderir ao Tratado sobre o desarmamento nuclear de 7 de julho de 2017, já subscrito por 122 países, ou seja, de mais de dois terços dos membros da ONU. Poderia, sobretudo, convencer os Estados Unidos a anular a retirada deles, decidido em 2 de agosto de 2019 pelo presidente Trump, do tratado de 1987 sobre o desarmamento nuclear, e induzir todos os Estados dotados de tais armamentos a retomar esse gradual processo até o total desarmamento. Hoje, no mundo, existem 13.440 ogivas nucleares (eram 69.940 antes do tratado sobre o desarmamento de 1987), em posse de nove países: 6.375 na Rússia, 5.800 nos Estados Unidos, 320 na China, 290 na França, 215 no Reino Unido, 160 no Paquistão, 150 na Índia, 90 em Israel e 40 na Coreia do Norte. Foi calculado que bastam 50 destas bombas para destruir a humanidade. Isso significa que com esses armamentos o gênero humano pode ser varrido da face da Terra por 270 vezes.

Na discussão sobre essas duas hipóteses não está, portanto, nenhum contributo ao debate público, que está desenvolvendo-se em um clima envenenado por contraposições radicais. Não é um debate baseado no diálogo, no confronto racional e no respeito das opiniões alheias, mas um confronto fundado na oposição amigo/inimigo, na suspeita da má-fé dos interlocutores e na desqualificação moral deles, ou como putinianos ou como belicistas. Completamente ausentes estão a atitude problemática, a incerteza, a dúvida, o interesse pelas ideias diversas das nossas, a consciência da complexidade e da ambivalência das questões, que sempre deveriam informar a discussão pública.

As questões sobre as quais o debate político tem estado mais aceso e entre surdos são duas: a do envio de armas à Ucrânia e aquela do aumento da despesa militar até 2% do PIB. São questões diversas, que a alternativa entre as duas hipóteses supra ilustradas permite, talvez, enfrentar com previsão. A primeira é um dilema moral entre a solidariedade justamente devida ao povo ucraniano, cujos expoentes pediram outras vezes o envio de armas, e o prolongamento que se seguiria do conflito e dos massacres. Tratando-se de um autêntico dilema moral, não tem sentido as acusações que se trocam os apoiadores das duas opções. Existem válidos argumentos a apoiar ambos.

Na minha opinião, o maior argumento contra o envio das armas consiste, além do risco que isso possa ser entendido como cobeligerância em um conflito destinado a durar e a produzir outros massacres, na sua decisão junto àquela de um aumento das despesas militares. Essa segunda decisão é claramente em apoio da lógica da guerra, se não por outro motivo, porque tal aumento já aconteceu, ininterruptamente, há mais de vinte anos. Em comparação com 2019, o aumento, em 2020, foi de 2,6% a nível global e de 7,5% na Itália. A despesa total no mundo soma quase 2.000 bilhões de dólares anuais, dos quais 39% (776 bilhões, contra os 252 da China e os 62 da Rússia) gastos apenas pelos Estados Unidos, que encheram o planeta com 800 bases militares. Para que serve, perguntamo-nos, acumular mais armamentos inúteis, se não para alimentar o clima de guerra e, obviamente, para satisfazer os interesses do complexo militar-industrial? Ambas as opções, o envio de armas à resistência ucraniana e o aumento das despesas militares estão, portanto, unidos por uma opção militarista: da ideia suicida das armas como única solução estratégica das controvérsias internacionais, em literal contraste com o art. 1.º da Carta da ONU, com o art. 11 da Constituição italiana e, de modo mais geral, com os princípios da paz e da igualdade de todos os seres humanos nos direitos fundamentais. Uma igualdade, devemos acrescentar, que continuamos a proclamar como um valor do Ocidente agredido e, ao mesmo tempo, a violar nos confrontos dos quatro quintos da humanidade.

4. Por uma Constituição da Terra

É neste último ponto que quero me focar. Não podemos continuar a falar decentemente de defesa da democracia, dos princípios da igualdade e dignidade da pessoa e de universalismo dos direitos humanos ameaçados pelas autocracias, até quando estes princípios permanecerem um privilégio dos nossos países – não mais de um bilhão de pessoas sobre quase oito bilhões de seres humanos – enquanto para o resto do mundo não há outra coisa que retórica vazia. Não podemos continuar a declamá-los como “valores do Ocidente”, enquanto aqueles princípios, proclamados como universais por todas as cartas dos direitos, não são garantidos a todos os seres humanos, mas somente a uma exígua minoria deles. Uma vez que aqueles valores ou são universais, ou não são. Hoje as nossas democracias estão em declínio, submetidas à dupla ameaça da onipotência da maioria política desenraizada de suas bases sociais e dos poderes dos mercados globais. Mas, sobretudo, os direitos humanos e os princípios de igualdade e dignidade das pessoas, proclamados em tantas cartas constitucionais e internacionais, são promessas não mantidas: implementadas, além de tudo mal, em poucos países privilegiados e flagrantemente e sistematicamente violadas para o resto da humanidade, também por causa da política de roubo, de exploração e exclusão praticada pelo Ocidente civilizado. A conclamada inviolabilidade deles, como a sua indivisibilidade e universalidade não são nada além de palavras, contraditas pelas suas violações sistemáticas e pela sua falta de implementação, pela falta de garantias, em grande parte do mundo. Na ausência de uma esfera pública mundial, capaz de garanti-las, as desigualdades estão destinadas a crescer, os poderes globais, tanto políticos como econômicos, só podem desenvolver-se em formas selvagens e destrutivas, as violações maciças dos direitos humanos só podem se espalhar e todos os problemas globais só podem agravar-se.

Existe, portanto, uma questão de fundo que esta guerra impõe enfrentar. A guerra, e antes ainda a pandemia, nos mostraram toda a dramaticidade delas a inadequação das instituições internacionais existentes e, sobretudo, o perigo representado pelo vácuo de garantias nos confrontos dos poderes selvagens dos Estados soberanos e dos mercados globais. As duas tragédias – pandemia e guerra – são, por muitos aspectos, opostas. A pandemia, com os seus 6 milhões de mortos, mostrou a interdependência e a comum fragilidade da humanidade, a insensatez das fronteiras e dos confrontos identitários e a disponibilidade à solidariedade das opiniões públicas e também da política. A guerra, com seus milhares de mortos, as cidades devastadas e mais de 10 milhões de deslocados, está gerando, ao contrário, ódio entre povos, lógicas políticas de amigo/inimigo, lacerações entre nacionalidade que não serão fáceis de curar. Ambas as tragédias são, todavia, uma dramática confirmação da insensatez e da periculosidade do estado atual do mundo e

sinalizam a necessidade e a urgência de uma refundação da ONU baseada em sua Constituição da Terra em seu auge. É este o projeto do movimento “Terra Constituinte” formado em Roma na assembleia de 21 de fevereiro de 2020 e por mim ilustrado no livro *Para uma Constituição da Terra*, publicado neste ano por Feltrinelli.

Além da guerra e das pandemias, são muitos outros os desafios e os perigos que ameaçam o futuro da humanidade e que somente um constitucionalismo global pode enfrentar. Antes de tudo, a emergência ecológica, que a guerra está agravando e juntamente removendo do horizonte da política, mas que continua a ser uma ameaça, talvez mais grave, para o futuro da humanidade. Pela primeira vez na história, o gênero humano, por causa do aquecimento climático, arrisca a extinção para a progressiva inabitabilidade de partes crescentes do nosso planeta. Por muitas décadas, a concentração no ar de dióxido de carbono cresce de maneira progressiva: cada ano, constantemente, é liberada na atmosfera uma quantidade de CO₂ maior do que aquela liberada no ano precedente. É claro que enquanto esse processo não for invertido, quererá dizer que estamos caminhando para a ruína.

Há, então, os direitos de emergência. A globalização, com o poder das grandes empresas de deslocar a atividade produtiva delas nos países nos quais é possível a exploração ilimitada dos trabalhadores, desvalorizou o trabalho a nível global, cancelando, nos países avançados, as garantias conquistadas em um século de lutas e reduzindo o trabalho, nos países pobres, à formas e a condições para-escravagistas. Por causa da miséria crescente, além de tudo, morrem, cada ano, oito milhões de pessoas por falta de alimentação básica e tantas outras por falta de tratamento médico e medicamentos que salvam vidas, vítimas do mercado, além das doenças, já que os fármacos que podem salvá-los não estão disponíveis nos seus países pobres, ou porque são patenteados e, portanto, muito custosos, ou porque não mais produzidos por falta de demanda dado que relacionados a doenças – infecções respiratórias, tuberculose, AIDS, malária – erradicadas e desaparecidas nos países ricos. Daí o drama de dezenas de milhares de migrantes, cada um dos quais tem por trás uma dessas tragédias. Daí o ódio pelo Ocidente, o descrédito dos seus valores políticos, o desenvolvimento da violência, dos racismos, dos fundamentalismos e dos terrorismos.

É claro que desafios globais dessa magnitude requerem respostas globais: o progressivo desarmamento, não somente nuclear, de todos os Estados e a proibição de todas as armas como bens ilícitos; a superação dos exércitos nacionais esperada há mais de dois séculos desde Kant e a realização, como garantia da paz e da segurança, do monopólio da força para a ONU e as polícias locais; a instituição de uma propriedade estatal planetária que retira os bens comuns e vitais – o ar, a água potável, as grandes florestas e as grandes geleiras – das apropriações privadas, das mercantilizações e das devastações por obra do

mercado; a introdução de proibições, finalmente sancionadas, das emissões de gases com efeito estufa e da produção de resíduos em todo caso venenosos; a igualdade nos direitos e na dignidade de todos os seres humanos através da criação de instituições globais de garantia de todos os direitos fundamentais, dos direitos de liberdade aos direitos sociais à saúde, à educação, à alimentação e à subsistência, como um serviço sanitário e um sistema de educação mundial com hospitais, farmácias, vacinas, escolas e universidades em todo o mundo; a unificação do direito do trabalho e a globalização das garantias dos direitos dos trabalhadores, capazes de assegurá-los a igualdade e a dignidade contra a hodierna exploração ilimitada; a instituição de uma Corte constitucional supraestatal, com o poder de invalidar todas as fontes normativas que violam direitos humanos, e a transformação, de voluntária em obrigatória, da competência da Corte de justiça e da Corte penal internacional; a introdução, enfim, de um adequado sistema tributário global progressivo, capaz de financiar as instituições globais de garantia e de impedir as atuais concentrações ilimitadas da riqueza.

Medidas desse gênero, é evidente, podem ser impostas somente por uma refundação da Carta da ONU por obra de uma Constituição da Terra rigidamente supraordenada às fontes estatais e aos mercados globais. Só uma Constituição da Terra que introduza as funções e as instituições globais de garantia dos direitos proclamados em tantas cartas e convenções pode tornar crível o princípio da igualdade e o universalismo dos direitos humanos. Só uma Constituição mundial, que alargue além dos Estados o paradigma do constitucionalismo rígido experimentado nas nossas democracias pode transformar promessas e compromissos políticos, como aqueles feitos em matéria de meio ambiente pelo G20 em Roma e depois em Glasgow, em limites e em obrigações jurídicas efetivamente vinculantes.

Não se trata de uma utopia. Se trata, em vez disso, da única resposta racional e realista ao mesmo dilema que foi enfrentado faz quatro séculos por Thomas Hobbes: a insegurança geral determinada pela liberdade selvagem dos mais fortes, ou o pacto racional de sobrevivência e de convivência pacífica baseado na proibição da guerra e na garantia da vida. Com uma diferença de fundo, que torna o dilema hodierno enormemente mais dramático: a sociedade natural do *homo homini lupus*, hipotetizada por Hobbes, foi substituída por uma sociedade de lobos não mais naturais, mas artificiais – os Estados e os mercados – dotados de uma força destrutiva incomparavelmente maior do que qualquer armamento do passado. Diversamente de todos os horrores do século passado – mesmo das guerras mundiais e dos totalitarismos – a catástrofe ecológica e aquela nuclear são irreversíveis: há, de fato, o perigo, pela primeira vez na história, que se tome consciência da necessidade de mudar de caminho quando for tarde demais.

Tampouco se trata de uma invenção, nem de uma mudança do atual paradigma constitucional. Se trata, ao contrário, de um seu cumprimento, isto é, de uma implantação do princípio da paz e do universalismo dos direitos humanos como direitos de todos já consagrados na Carta da ONU e em tantas cartas constitucionais e internacionais. A lógica intrínseca do constitucionalismo, com os seus princípios de paz e de igualdade nos direitos humanos, não é nacional, mas universal. Os Estados nacionais e as suas constituições são, por outro lado, impotentes diante dos desafios globais, os quais requerem respostas e garantias jurídicas, por sua vez, globais. E o pacto de convivência pacífica estipulado com a Carta da ONU e com as tantas cartas internacionais dos direitos humanos fracassou por duas razões: porque contradito pela persistente soberania dos Estados e pelas suas cidadanias desiguais, e porque não foram instituídas as necessárias garantias globais, sem as quais os direitos e os princípios de justiça, ainda que solenemente proclamados, se reduzem a enganosa ideologia.

Nessa perspectiva vem contraposta, em nome do realismo político, a ideia do seu caráter utópico e irrealizável. Eu penso que devemos distinguir dois tipos opostos de realismo: o realismo vulgar da quem naturaliza a realidade social e política com a tese “não há alternativas a quanto de fato acontece”, e o realismo racionalista, segundo o qual as alternativas existem, depende da política adotá-las e a verdadeira utopia, a hipótese mais irrealista, é a ideia que a realidade possa permanecer por muito tempo como está: que podemos continuar a basear as nossas democracias e os nossos despreocupados padrões de vida com fome e a miséria do resto do mundo, com a força das armas e o desenvolvimento ecologicamente insustentável das nossas economias. Tudo isso não pode durar. É o mesmo preâmbulo da Declaração dos direitos de 1948 que estabelece, realisticamente, um nexos de implicação recíproca, como só uma Constituição da Terra e as suas instituições de garantia podem assegurar, entre paz e direito, entre segurança e igualdade e, devemos acrescentar hoje, entre salvação da natureza e salvação da humanidade.

Por outro lado, a humanidade forma já um único povo. Faz sessenta anos, eu lembro, éramos, no planeta, dois bilhões de pessoas, mas o que sucedia na outra parte do mundo não nos preocupava. Hoje a população mundial chegou a 8 bilhões, mas estamos todos interconectados, submetidos ao governo global da economia e expostos às mesmas emergências e catástrofes planetárias. Somos, portanto, um único povo, mestiço e heterogêneo, mas unificado pelos mesmos interesses na sobrevivência, na saúde, na igualdade e na paz, que só a miopia dos poderes políticos não é capaz de ver e que, assim, se esconde com a defesa das fronteiras. A lógica schmittiana do amigo/inimigo é uma construção propagandística em apoio dos populismos e dos regimes autoritários que está hoje contagiando, infelizmente, também as nossas democracias. Se os máximos governantes do planeta, ao

invés de se empenharem na base dessa lógica nas suas míopes e miseráveis políticas de potência, fossem capazes de tirar lições da história, esta terrível guerra na Ucrânia seria uma fonte inexaurível de ensinamentos. Ensinaria – contra a insensatez das guerras, das armas, das fronteiras, dos nacionalismos e dos conflitos identitários – o valor racional, nos interesses de todos, da paz universal e da igualdade de todos os seres humanos em dignidade e direitos e a necessidade das garantias necessárias para assegurá-las.